

Cidadania & Ética – *Relectio* para tempos de *Peste*¹

Paulo Ferreira da Cunha²

Resumo: O presente artigo é uma revisitação de textos mais antigos, à luz das lições da presente situação pandémica, que obriga a uma radicalidade no repensar do mundo, da vida, das interpretações. Parte do princípio que a Ética tem duas principais divisões: a subjetiva, das virtudes, e a objetiva, dos valores. Estabelece um diálogo entre a cidadania (e o governo, que muito sobre ela deveria repousar) e a ética, que na expressão “ética republicana” tem uma particularidade para a sua formulação política. Procura estabelecer novas dimensões éticas para os tempos atuais, e esclarecer alguns mal-entendidos sobre liberdade, propriedade, igualdade, fraternidade e afins.

Palavras Chave: Ética, Ética Política, Ética Republicana, Virtudes, Valores, Liberdade, Igualdade, Propriedade, Fraternidade

Abstract: This article revisits older texts, in the light of the lessons of the current pandemic situation, which requires a radical rethinking of the world, of life, of interpretations. It assumes that Ethics has two main divisions: the subjective, virtues, and the objective, values. It establishes a dialogue between citizenship (and the government, which should rest on it) and ethics, which in the expression “republican ethics” has its political formulation. It seeks to establish new ethical dimensions for the current times, and to clarify some misunderstandings about freedom, property, equality, fraternity and the like.

Keywords: Ethics, Political Ethics, Republican Ethics, Virtues, Values, Freedom, Equality, Property, Fraternity.

«(...) pôr um pé à frente do outro é uma das coisas mais importantes que podemos fazer.»
Erling Kaage³

I. Ver o Bom e Contemplar os Valores

Tudo deve começar-se pelo princípio, e *no princípio era o Verbo*. Embora hoje se comece a pensar se não é agora, em vez do *Verbo, a Verba*. Vamos então ao princípio....ao Génesis, que é o *princípio dos princípios* na narrativa primordial ocidental... E, como um mito é, antes de mais, uma narrativa das origens, poderíamos dizer, sem problemas classificatórios, que se trata do grande mito fundador. Mas hoje a palavra mito anda muito confundida: significando no léxico de alguns sabe-se lá o quê.

E Deus viu que o isso era bom. Deus, no Génesis, vai (aos poucos, ao longo de uma semana: não de afogadilho, e presume-se que à Sua onipotência não seria impossível criar tudo de uma vez) criando e organizando o Cosmos, e vai-se

¹ O presente artigo tem como fonte primeira uma antiga conferência, a qual em boa parte foi já objeto de publicação, mais aparatosa no plano bibliográfico, na revista «Finisterra», com o título *Governo e Cidadania: Valores e Virtudes*. Procuramos agora visitar as notas originais da conferência (e não o referido artigo), adaptando-as às inquietações presentes. Algumas intertextualidades com o édito serão óbvias (como, aliás, ecos do nosso livro *Para uma Ética Republicana*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010), mas o sentido é novo, certas reflexões mais desenvolvidas e o público, naturalmente, outro. Trata-se, pois de um *relectio*. Algumas das passagens radicalmente novas poderão vir a ser divulgadas em breves artigos de jornal ou afins.

² Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (em licença para o exercício daquele primeiro cargo).

³ KAGGE, Erling – *A Arte de Caminhar. Um Passo de Cada Vez*, trad. port. de Miguel de Castro Henriques, Lisboa, Quetzal, 2018, p. 23.

congratulado com a sua obra. E vai repetidamente o narrador bíblico dizendo: *E Deus viu que isso era bom*. Cada coisa criada é boa, e vista como tal.

Semelhante contentamento tem-no o Homem quando faz, quando realiza (assim imitando o princípio ou o sujeito criador), não apenas a obra material (uma casa, uma estrada, uma cidade) mas sobretudo a materialização de uma obra espiritual. Creio compreender que a obra material é como que a metáfora da espiritual...

A grande obra é a do Espírito, embora a Mão seja para ela preparação... A mão e o espírito são uma dupla, uma equipa, que sente, pensa e faz. *Deus quer, o Homem sonha, a Obra nasce* – o grande verso de Fernando Pessoa, que aliás está esculpido na fachada de uma grande escola de Artes no Porto.

Mas não é só o artista que se enquadra nessa linha de produção : toda a Pessoa humana. Johannes Hessen, clássico especialista em Ética, sublinha o sentimento de exaltação em plenitude quando o homem vê a realização de valores. Quando se realizam os valores, o Homem vê que isso era (é) bom.

Mesmo o fleumático Montesquieu (fleumático, mas genial), esse para o qual uma hora de leitura chegaria para curar qualquer mal, se rende a essa comoção que enche as pessoas de alegria serena, que vê que, cumprindo-se os valores, tudo é, realmente, muito bom: «(...) j'ai toujours senti une joie secrète lorsqu'on a fait quelque règlement qui allât au bien commun»⁴.

No caso, um regulamento, uma lei, que serve o bem comum (hoje traduzido muitas vezes por justiça social – já disso falaremos), ou seja, algo que cumpre o ideal, que realiza o *valor Justiça*.

II. Valores no Constitucionalismo Moderno

Falaremos, pois, antes de mais de valores. Não estéticos nem éticos em geral, mas de valores políticos. Valores políticos *superiores*, como bem lhes chama a constituição espanhola de 1978, que teve dois anos para dizer o que diz a nossa, arrumando-a melhor (nessa questão), sendo mais explícita. Há valores políticos superiores. Quais? Para os espanhóis, Liberdade, Igualdade, Justiça, e à última hora acrescentaram um que é princípio, mas não é valor, apesar de importantíssimo: o pluralismo político. O pluralismo, na verdade, não existe por si, não brilha com luz própria, mas sobretudo por e para a realização da plena Liberdade. Liberdade, pois, um grande e fundante, indiscutível valor político superior.

A divisa do Rio Grande do Sul, cujo hino diz: «Povo que não tem virtude, acaba por ser escravo» é Liberdade, Igualdade, Humanidade.

Há variantes...

Mas a fórmula mais clássica é a atribuída à Revolução Francesa, e, como diz o Professor Paulo Bonavides, decano dos constitucionalistas brasileiros,

“Nós vivemos e viveremos sempre da Revolução Francesa, do verbo dos seus tribunos, do pensamento de seus filósofos, cujas teses, princípios, ideias e valores jamais pereceram e constantemente se renovam (...)

⁴ MONTESQUIEU — *Pensées*, CCXIII.

Aquela Revolução prossegue, assim, até chegar aos nossos dias, com o Estado social cristalizado nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade”⁵.

Bonavides fala em princípios, e são-no, mas são, antes de mais, valores.

III.O Magno Valor da Liberdade

Rousseau afirmou quase no início desse seu pequeno mas precioso livro, *Du contrat social*: «L'homme est né libre, et partout il est dans les fers. »⁶. Livro muito citado, mas pouco lido...

Há uma grande confusão sobre o que seja, realmente, liberdade. Há quem pense que é a liberdade de empresa apenas, e, nesta, a liberdade de quem tem meios para oprimir quem os não tem. Há quem pense que significa fazer o que lhe dá na real gana, atropelando tudo e todos. Há quem pense em dar largas aos seus demónios pessoais, numa sede e fome de sorver o Mundo. Há quem pense, timoratamente, que é apenas poder falar mal dos governos, ou de todos, de preferência na comodidade da poltrona, ligado às redes sociais. Há quem, com outra tibieza, de outro tipo, pense que é haver rotatividade de partidos no poder, e parlamento aberto, liberdade de circulação, e pouco mais. E estes serão os que, em tempo de pandemia, consideram que estados de sítio e de emergência seriam atentados à Liberdade.

Pequeninas liberdades essas... todas elas... Embora algumas sejam tímidas versões do Valor, e outras libertinagem.

Em tempo de confinamento, assim como o preso político na sua cela, pode-se ser livre. Há uma liberdade de espírito que é a mais importante. O Homem livre é o que tem essa liberdade de espírito, que não está preso a dogmas entorpecedores da Razão, nem sequer aos próprios dogmas híper racionalistas, que congelam a agilidade da unidade multidimensional da Pessoa. Evidentemente, é muito importante a liberdade exterior. Mas mais que ela preside à Humanidade a liberdade interior. De pouco serve ter liberdade de ir a qualquer lado em tempo de pandemia se a liberdade exterior não regula a necessária contenção, que pode impor mesmo o auto-confinamento. Por vezes, a liberdade, sabiamente exercida, impõe atos contra a vontade. Liberdade não é o uso imoderado da faculdade de agir sem constrangimentos. Uma Pessoa mostra-se livre se sabe administrar a sua vida com prudência esclarecida pela ausência de fantasmas, preconceitos, vícios de lógica, temores reverenciais e outros. O que também não se pode identificar com qualquer crença. O Homem religioso, o filósofo com uma convicção sobre a máquina do mundo, político com uma ideologia, todos inscrevem na sua mente ideias muito fundantes sobre o Mundo e a Vida. Ora não é o insensato que é livre. Não é o despreocupado leviano sem ideias nem crenças que é livre. Esse é um mero brinquedo nas mãos do azar. Precisamente a pessoa que tem fé, a que tem estudo e a que tem esperança política, se esse credo, essa filosofia e essa ideologia não forem máquinas de clausura mental (nalgumas versões, infelizmente, são-no), podem mais ainda exercer a sua liberdade, porque esclarecidos pela inspiração da sua vida espiritual, mental ou social. Ter convicções e práticas condizentes com elas (espera-se!) não é contrário à liberdade de espírito: a menos, insiste-se, que a religião, a seita ou afim, a filosofia ou afim, o partido ou afim, sejam não locais de construção e exercício (cada um à sua maneira) de liberdade, mas meras prisões mentais. Felizmente, há muitas entidades desses três géneros em que as teias

⁵ Paulo BONAVIDES — *Do Estado Liberal ao Estado Social*, 7.ª ed., 2.ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 2004, p. 36.

⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques — *Du Contrat social*, I, 1.

de aranha do dogmatismo se podem considerar residuais. E há muita gente que tem os seus enquadramentos ou simpatias nesses três domínios da realidade, aí encontrando motivos de exercer a sua liberdade.

IV.A Complementaridade dos Valores Liberdade e Igualdade

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, diz logo no seu artigo primeiro:

“Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l'utilité commune.”⁷

Há uma ligação indissolúvel entre Liberdade e Igualdade. Os velhos liberais (não os que hoje se querem por tal passar, ainda que se batizem “neoliberais”), explicaram muito bem que a liberdade depende da propriedade, em alguma medida. A velha estória de José Liberato Freire de Carvalho sobre ter mais ou menos x mil reis de inteligência para poder ser eleito no sufrágio censitário, não é uma anedota. É um exemplo de como o liberalismo levava a sério a relação entre propriedade e liberdade – chegando a chocar as nossas ideias atuais⁸.

Ora se a propriedade não tiver uma mínima distribuição que permita a cada um andar de cabeça levantada, não haverá liberdade. Rousseau também é muito eloquente quando afirma, n’*O Contrato Social*, que o essencial é que ninguém seja demasiado pobre nem demasiado rico, precisamente para que o seu poder (e liberdade) não seja nulo nem excessivo:

«J'ai déjà dit ce que c'est que la liberté civile : à l'égard de l'égalité, il ne faut pas entendre par ce mot que les degrés de puissance et de richesses soient absolument les mêmes, mais que, quant à la puissance, elle soit au-dessus de toute violence, et ne s'exerce jamais qu'en vertu du rang et des lois, et quant à la richesse, que nul citoyen ne soit assez opulent pour en pouvoir acheter un autre, et nul assez pauvre pour être contraint de se vendre : ce qui suppose, du côté des grands, modération de biens et de crédit, et, du côté des petits, modération d'avarice et de convoitise”⁹.

Essa igualdade que não é de um igualitarismo sufocante, que desde logo anula a liberdade, é um sério limite à libertinagem que não vê nos outros Pessoas, com a sua dignidade. Seja em que tipo de sociabilidade seja, e muito em especial nas relações de família, amizade, trabalho, comércio, cooperação. Os outros não são meios para que se exerça uma pretensa liberdade pessoal vitalista, sem freios, de afirmação à *outrance* do Ego, mas pessoas, rostos em que o nosso rosto se espelha devolvendo-nos a imagem de uma Humanidade comum. Daí que se deva amar o próximo ou o semelhante. Se não amar, que é imperativo de uma espiritualidade maior, pelo menos respeitar. E tratar os outros como iguais, na sua diversidade e diferenças, respeitando a sua liberdade.

⁷ Apud <http://www.textes.justice.gouv.fr/index.php?rubrique=10086&ssrubrique=10087&article=10116>

⁸ CARVALHO, José Liberato Freire de — *Memórias da Vida de...*, 2.ª ed., Lisboa, Assírio e Alvim, 1982 [1ª ed., 1855].

⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques — *Du Contrat social*, II, 11.

Não é apenas o dito e redito (retoricamente as mais das vezes): “a minha liberdade acaba onde começa a liberdade do outro”. É muito mais que isso. Porque tal pode querer dizer que o meu egoísmo encontra como barreira o egoísmo alheio. E frequentemente há liberdades legítimas de um que deparam com o Ego expansionista e imparável de outro. Ora esse Ego, em expansão e conquista, não é a Liberdade do outro. É uma libertinagem, um atentado à Liberdade dos demais.

A própria Justiça é uma espécie de Igualdade. Sabe-se, diz-se, mas nem sempre disso se tiram as devidas consequências. Elizabeth Anscombe chega a dizer, noutra dimensão, política e não jurídica, que o próprio prestígio da democracia se encontra conectado com uma «obrigatória paixão» pela igualdade¹⁰. Mas, evidentemente, é necessário compreender sempre de que igualdade se fala. É contudo verdade que um mínimo de igualdade, não apenas de direitos e perante a lei, mas uma base mínima de desafogo material é essencial e um adquirido da nossa civilização – que só uma paixão retrógrada de sede de lucro e de poder associado à riqueza, impede alguns de verem e degustarem. Porque também há um deleite do espírito ao ver que todos estão bem materialmente (base também para progresso mental e espiritual : não se pensa bem com fome, e a própria religiosidade se torna, nesses casos, num deprimente *do ut des*). E mesmo a simples paixão intelectual pelo bem-estar de todos é um bálsamo para o espírito (ou, pelo menos, estimula a autoestima : o que também pode ter um lado perverso, se nada se fizer para promover esse bem estar).

V.O Subtil e Transcendente Valor da Fraternidade

Eligio Resta, no seu *Il Diritto fraterno*, é um dos que considera a Fraternidade uma promessa não cumprida. Na verdade, é-o. Sem Fraternidade que ligue e modere (alguém a comparou já ao Espírito Santo¹¹) a Liberdade e a Igualdade, ambas caem em exageros de libertinagem ou de formatação.

«Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade».

Mesmo Zeca Afonso, ao cantar a Fraternidade, começa por falar afinal de poder do povo (uma forma de liberdade) e depois “em cada rosto igualdade”. Onde está a Fraternidade? No elo que a todos irmana, e que é de algum modo invisível, mas tem de estar presente.

Sampaio Bruno associa a Fraternidade à Bondade, e não deixa de convocar a Justiça:

“A Liberdade e a Igualdade, de per si, constituem o Direito.
A Liberdade e a Igualdade estão submetidas ao critério que criam primeiro e a que obedecem depois. Que critério é esse? Chama-se Justiça. Não basta, porém. Então há alguma coisa acima da Justiça ainda?
Há, sim. O quê? A Bondade.

¹⁰ In GEACH, Mary/GORMALY, Luke – *Human Life, Action and Ethics. Essays by G.E.M. Anscombe*, Charlottesville, Imprint Academic, 2005, p. 67.

¹¹ Seria uma possível adenda a, v.g., VULLIEZ, Hyacinthe — *Petite histoire du Saint-Esprit*, Paris, Salvator, 2015.

A Bondade com a Justiça ou (o que equivale a dizer o mesmo) a Justiça sob a Bondade tira à fórmula coordenante a rigidez teórica. Ela assume, desde então, um carácter humano, que é o final e conclusivo, completando-se a Liberdade e a Igualdade com a Fraternidade, a qual seja a Bondade coexistindo enfim com a Justiça.”¹²

Mas se a Fraternidade é difícil, há caminhos para ela.

A Justiça Social é um primeiro passo para a Fraternidade.

Na sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco, uma das figuras da cena internacional que mais tem defendido os pobres, e por isso tem sido apodado de alguns mimos absurdos (o que é muito bom sinal), afirma:

201. Ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências. Esta é uma desculpa frequente nos ambientes académicos, empresariais ou profissionais, e até mesmo eclesiais. (...) ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social (...)¹³

VI. Dos Valores às Virtudes

Mas os valores não subsistem sem pessoas que os encarnem, que os protagonizem. E são precisos princípios ativos (como nos medicamentos – hoje compreendemos bem isso com os genéricos) para lhes darem corpo, para lhes conferirem realidade.

Embora a expressão tenha tido mau curso, e tenha sugerido certas ironias mesmo a autores excelentes, desde Paul Valéry a Romano Guardini, para só falar em nomes mais clássicos, e tão diferentes, não encontramos ainda melhor que a de *virtudes*.

As grandes parábolas das virtudes são uma laica e uma cristã: a alegoria do bom governo (e do mau), pintada nas paredes do *palazzo pubblico* de Siena por Ambrogio Lorenzetti, e o tímpano das virtudes – com uma guarda avançada no teto (em que preside a Justiça), da autoria de Rafael Sanzio.

Há muitas coisas em comum entre estas duas alegorias.

A representação do Vaticano é mais clássica: tem as virtudes cardeais e as teológicas misturadas com graça e inteligência: A Fortaleza olha a Caridade, colhendo frutos de uma árvore, a Prudência¹⁴, já de si bifronte, vê-se ao espelho, alumiada pela tocha da Fé, e exalta-se a Temperança, apontando-lhe a Esperança as alturas – ou apontando a Justiça, que está no teto, como virtude mais importante. Mais importante segundo uma teoria, porque outros dizem que, sem Prudência e sem os elementos nomeadamente de conhecimento técnico, factual, que ilumina a decisão prudente, não há justiça que valha: e não se quer justiça a torto e a direito. Já os romanos diziam: máximo direito, máxima injustiça (*summum ius, summa iniuria*). E os que pretendem que a haja, “ainda que o mundo voe em estilhaços” (*fiat iustitia pereat mundus*: que é

¹² BRUNO, Sampaio — *O Encoberto*, Porto, Lello, ed. 1983, p. 292.

¹³ Citando aqui a Congr. para a Doutrina da Fé, Instr. *Libertatis nuntius* (6 de agosto de 1984), XI, 18: AAS 76 (1984), 908.

¹⁴ Sobre esta Virtude fundamentalíssima, cf., por todos, LAUAND, Jean — *Prudentia, virtude intelectual: “lições de vida”*, “Notandum”, Ano VIII, n.º 12, 2005, p. 37 ss.; PIEPER, Josef — *Las Virtudes Fundamentales*, 4.ª ed. cast., Madrid, Rialp, 1990.

um brocardo tardio, ao que parece de um imperador do séc. XVI, Francisco I) ficam sem mundo e sem justiça.

A presença das virtudes teologais não deve perturbar ninguém, para os nossos fins: sem fé em algo, sem esperança em algo, e sem amor (“caridade” é uma expressão que hoje tem conotações menos simpáticas) não há político que tenha alma, e um político sem alma é, por definição, um político desalmado. Portanto, Rafael não precisaria de mandar para o recreio os rechonchudos *putti*, que representam essas virtudes, adaptáveis porque polissêmicos.

Os painéis de Siena são sobretudo significativos porque nos dão um contraste (um pouco maniqueísta, é certo, mas é a necessidade de comunicar – simplificando) entre o bom governo, sentado não longe da Justiça, e rodeados ambos por virtudes (ao ponto de a Justiça aparecer duas vezes) e o mau governo, representado por um feio diabo, à volta do qual estão os vícios: voando sobre a sua cabeça, inspirando-lhe pensamentos deletérios (afinal “o engano das ilusões”¹⁵), a avareza, a soberba e a vanglória, e como que sua implicação as encarnações da crueldade, traição e maldade, tendo como consequências primeiras nada menos que o furor, a devastação e a guerra. E depois há painéis com as concretas manifestações civis do bom governo e do mau governo.

Talvez um dos mais conhecidos seja o dos efeitos do bom governo na cidade. É uma cidade italiana, naturalmente, burguesa como o meu Porto natal. Bem burguesa, com tudo o que de bom há no bom mito do ser burguês, com os “valores” (nem todos superiores, mas muito valiosos) do *Progressismo*, *Pacifismo*, *Livre Pensamento*, *Tolerância e Fraternidade*. Com “fé na prática da liberdade e na procura da justiça”, como lemos num belo livro de Hourdin e Ganne¹⁶. Em que, resumindo, se pode comerciar em paz e com boas contas (tão boas, que o que era geral e *portuário* passou a ser particular e nosso, *portuense: contas à moda do Porto*, com maiúscula), e se pode também usufruir da paz e da cultura e do lazer: simbolizado pelas jovens que dançam.

Quando se pode dançar e comerciar em sossego, é porque o governo não importuna: nem por impostos excessivos, nem por peias abusivas, nem por proibições espúrias. Nem, ao contrário, por laxismo e, por exemplo, falta de policiamento ou falta de leis, ou imprudência. Na Genebra do Consistório (lembramo-nos de dois livros de Stefan Zweig) poderia certamente haver liberdade de comércio, mas não de dança. Já nalgumas utopias coletivistas, a dança, se bem enquadrada (e enquanto elemento do aparelho ideológico do Estado), seria permitida, mas não a liberdade de comércio. Cada autoritarismo ou totalitarismo tem os seus interditos e “pecados” prediletos... Talvez seja uma questão interessante para os psiquiatras, e é-o já para os sociólogos.

VII. Virtudes e Poder: *Auctoritas e Potestas*.

Mas hoje em dia é preciso ir mais longe. Não nos basta contemplar, como bons turistas, as paredes das virtudes e dos vícios. É preciso saber como, aqui e agora, se pode ter bons governos, como se pode lutar contra os vícios públicos, a que agora chamamos, em geral, corrupção.

Há antes de mais que distinguir autoridade (*auctoritas*) de nu poder (*potestas*). A autoridade é carisma, enquanto o nu poder, mera circunstância e possibilidade de usar a força.

¹⁵ SCQUIZZATO, Paolo — *L'inganno delle illusioni*, Turim, Effatá, 2010.

¹⁶ HOURDIN, Georges / GANNE, Gilbert — *Les valeurs bourgeoises*, Nancy, Berger-Levrault, 1967.

VIRTUDES INDICIADORAS DA *AUCTORITAS* OU FISIOLÓGICAS:

1. Convicção e coerência.
2. Serviço e dedicação pública.
3. Desapego aos lugares públicos.
4. Parcimónia pública e solidariedade.
5. Despojamento, frugalidade e comedimento pessoais.
6. Constância e adaptabilidade inteligente e coerente.
7. Legalismo inteligente e crítico. Respeito pela Constituição e pelas leis como garantes do Contrato Social.

VIRTUDES DO EXERCÍCIO DA *POTESTAS* OU TERAPÊUTICAS

1. Contra a licenciosidade política: atenção, delicadeza, solidariedade ativa
2. Contra o privilégio: racionalidade e ordem, imparcialidade, equidade.
3. Contra o abuso do poder e a corrupção: diálogo, pluralismo, transparência, rigor, controlo e separação dos poderes
4. Contra os sacos azuis e as chapeladas: pombas-serpentes:

Eu vos envio como ovelhas no meio de lobos. Sede, pois, prudentes como as serpentes, mas simples como as pombas. Mateus, X, 16.

5. Contra a ignorância, o obscurantismo, a apatia, a dependência da caridade ou do assistencialismo, o servilismo, a desumanidade, o preconceito, a falta de sentido e de ideal – o amor pela Cultura e pela Educação. E pela Educação para a Cidadania, a Justiça e os Direitos Humanos

6. Contra o complexo de Aquiles: Zenão. Se tudo está parado, levanta-te! Cícero explica bem como é comodismo e suicídio não interferir na política sob pretexto de os políticos serem maus, impuros, ímprobos, e de isso ser, assim, humilhante¹⁷. E já Platão dizia que o preço de alguém não disputar o poder é ter-se a mediocridade no poder. Contudo, não é assim tão fácil, nos tempos que correm, a alguém sozinho e desconhecido disputar o poder. Hoje em dia, em democracias crepusculares e de espetáculo, há a inércia dos sistemas e o peso do renome (quantas vezes conquistado apenas por se ir passando na televisão) contra o anonimato. Quem consegue romper a cortina de silêncio? Ora ou os nossos sistemas se renovam, e novos atores entram em cena, ou poderão cair de podres ou às mãos de novos ditadores – já se presente a repetição do passado: veja-se o ressuscitar de antigos preconceitos e ódios, como tem chamado a atenção o Papa Francisco. Nem imaginação há na escolha dos bodes expiatórios!

¹⁷ “Na verdade, não devemos ouvir os subterfúgios que empregam os que pretendem gozar facilmente de uma vida ociosa, embora digam que acarreta miséria e perigo auxiliar a República, rodeada de pessoas incapazes de realizar o bem, com as quais a comparação é humilhante, e em cujo combate há risco, principalmente diante da multidão revoltada, pelo que não é prudente tomar as rédeas quando não se podem conter os ímpetos desordenados da população, nem é generoso expor-se, na luta com adversários impuros, a injúrias ou ultrajes que a sensatez não tolera; como se, para os homens de grande virtude, animosos e, dotados de espírito vigoroso, pudesse existir causa mais justa de desejar o governo da República do que a de não sucumbir aos desejos dos ímprobos e impedir que menoscabem o Estado, tornando impossível salvá-lo quando necessário.” CÍCERO — *República*, I, 5.

VIII. Novas Virtudes

Mas as velhas virtudes do republicano impoluto, quiçá talvez um pouco rígido aos olhos mais ágeis e mais dúcteis de hoje, precisam de se renovar.

Continua a ser válido, cada vez mais válido, o ternário sagrado atribuído à Revolução Francesa, e que Sampaio Bruno entre nós desenvolveu. O qual recebeu honras no portentoso volume sobre o Cristianismo de Hans Küng (infelizmente obra muito ausente das nossas bibliotecas universitárias)¹⁸, uma homilia de catequese do Cardeal Patriarca de Lisboa, quando Bispo do Porto¹⁹, ou um artigo póstumo de Allan Kardec²⁰. Mas mesmo o Papa João Paulo II invocaria esta mesma tríade²¹.

A convergência na pluralidade é muito bom sinal. Lá dizia Teilhard de Chardin: *o que se eleva conflui*. Se um dia escrever um artigo aprofundado sobre o assunto, não esquecerei de ter comigo esses diversos autores.

Continuam também muito válidas as grandes virtudes à maneira clássica, pelo menos. Desde ao menos os Gregos... E com a visão aristotélica de que para cada virtude, que está no meio, no equilíbrio, há um vício por defeito e outro por excesso : entre a coragem está de um lado a cobardia e do outro a temeridade. Nietzsche dizia, não se tendo lembrado desta expressão : « Por vezes pode ser cobardia atirar-se para o meio dos inimigos ». Não era cobardia, era o vício simétrico, essa tonta pseudo-coragem que levará à perdição. Dizia a canção de George Brassens : « Mourir pour des idées, oui, mais de mort lente... »

Não são precisas ideias éticas radicalmente novas. É preciso é um combustível novo. Uma propulsão que faça que virtudes e valores em simbiose se desenvolvam numa autêntica ética republicana (obviamente não excluindo os monárquicos que podem também, neste sentido, ser republicanos: e os melhores de entre eles sabem-no bem).

Esse novo estilo é-nos inspirado pelas *Lições Americanas* de Italo Calvino e por um livro de Alain Finkielkraut.

Assim: 1. *Leveza*. Importa adaptabilidade, ductilidade, maleabilidade mentais e vivenciais. Já Fernando Pessoa advertia (descontando alguma ironia) que como o mundo muda muito o que está parado muda sem querer... Mas mudar sem renunciar ao essencial: *Suaviter in modo, fortiter in re*.

2. *Rapidez*. Há coisas que precisam de resposta imediata. São os tempos de hoje. E quem puder, sim, cultive um “bom uso da lentidão”²².

3. *Rigor*. Profissionalismo (abrangente, não de *workaholics* e monomaníacos), exatidão, e precisão são indispensáveis.

4. *Exposição*. Desde logo importa a transparência, e transparência institucional. Mas procurando contrariar a sociedade do espectáculo²³.

¹⁸ KÜNG, Hans — *O Cristianismo. Essência e História*, Lisboa, Temas e Debates, 2012.

¹⁹ CLEMENTE, Manuel — “ Liberdade – Igualdade – Fraternidade (Tópicos de Reflexão), Sé do Porto, 11 de março de 2010, Catequese Quaresmal, in *Porquê e Para Quê ? Pensar com esperança o Portugal de hoje*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.

²⁰ KARDEC, Allan — “ Liberdade, igualdade, fraternidade ”, in *Obras Póstumas*, trad. port. de Guillon Ribeiro, 40.ª ed., 3.ª reimp., Rio de Janeiro, FEB, 2010, p. 259 ss..

²¹ Voyage apostolique à Paris et Lisieux (30 mai-2 juin 1980, homélie du Saint-Père Jean-Paul II, Le Bourget, dimanche 1er juin 1980, *apud* http://fr.wikipedia.org/wiki/Liberté,_Égalité,_Fraternité.

²² SANSOT, Pierre — *Du bon usage de la lenteur*, Paris, Payot / Rivages, 2000.

²³ DÉBORD, Guy — *La société du spectacle*, 1940, trad. port. de Estela dos Santos Abreu, *A Sociedade do Espectáculo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 9.ª reimp., 2007.

5. *Pluralismo*. Não só pluralismo político, essencial, mas a multiplicidade, a variedade, a própria pós-disciplinaridade, no domínio do saber. Sem perder as ideias gerais, englobantes, a estruturação.

6. *Coerência*. Até como contrapolo à variedade e à fragmentação, é necessária a coerência ou consistência.

7. *Coração inteligente* (é a inspiração de Alain Finkielkraut). É o retorno atual da velha metáfora do coração²⁴. Fala o Rei Salomão: « A teu servo, pois, dá um coração entendido para julgar a teu povo, para que prudentemente discirna entre o bem e o mal; porque quem poderia julgar a este teu tão grande povo? »²⁵. Depois de um século de burocracia e ideologia, comenta o autor, esta prece tem todo o sentido²⁶.

IX. Alguns Desafios Éticos da Pandemia

Julgamos que todas as pessoas de boa vontade podem comungar na aspiração a um coração inteligente. Sem ele, não haverá uma ética republicana atuante, eficaz, amigas das Pessoas. E sem ética republicana não se salvará a República. Qualquer República em concreto.

O Vírus que está na ordem do dia desafia precisamente todas as dimensões da nossa Humanidade. Obriga a pensar mais subtilmente a Liberdade. A compreender a realidade vital, ontológica, da nossa radical Igualdade natural e desigualdade construída, e a ingência de uma Fraternidade universal. Se a esta tríade damos conotações mais com estas ou aquelas tinturas, carregadas de memórias, conceitos e preconceitos, importa menos. Perante ameaças concretas, sempre a Humanidade soube elevar-se e unir-se, apesar de forças retrógradas, que acabam por ser uma dialética ajuda à afirmação do Progresso e do Espírito.

O caminho para um mundo de eticidade (com valores e com virtudes) é o que vamos fazendo há séculos, por tentativas e erros, mas há sempre, entre nós, várias atitudes para com essa caminhada humana, tão profundamente humana: os que a recusam, sentados à beira da estrada do comodismo ou do infortúnio, os que hipocritamente proclamam grandes princípios, enquanto à sua sombra vivem e aproveitam, fazendo o contrário do que pregam, e finalmente os que, sem alardes, no quotidiano da sua cidadania e simplesmente da sua vida comum, dão um passo cada dia na construção de uma sociedade “mais livre, mais justa e mais fraterna”, como diz o Preâmbulo da Constituição da República Portuguesa, ou, como deseja o da Constituição da República Federativa do Brasil, “uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

Todos os dias, um passo atrás do outro, sem alardes, fazendo cada um o seu dever, lutando cada qual pelo seu direito, e pelo Direito em geral.

Recebido para publicação em 08-05-20; aceito em 17-06-20

²⁴ Por todos (há bastantes e importantes além deste), ZAMBRANO, María — “La Metáfora del Corazón”, in *La Razón en la Sombra*, Antología del Pensamiento de..., ed. de Jesús Moreno Sanz, Madrid, Siruela, 1993, p. 108 ss.

²⁵ I R. III, 9. (versão: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/1rs/3>).

²⁶ FINKIELKRAUT, Alain — *Un coeur intelligent. Lectures*, Paris, Stock / Flammarion, 2009, contracapa.